

190 **Tendências / Debates**

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

A Funai e as reservas indígenas

EUNICE R. DURHAM
Os presidentes da Funai costumam durar pouco no cargo. Acabamos de assistir a mais uma mudança, a terceira nos últimos quatro anos. A cada alteração da cúpula, ressurgem expectativas, sempre frustradas, de que o governo cumpra seus compromissos e proteja os índios em vez de contribuir para sua extinção.

Agora, mais uma vez, esperanças se renovam. Há, realmente, alguns sinais positivos nessa nova administração. Em primeiro lugar, parece que a reserva Tapirapé vai ser efetivamente demarcada e registrada, incluindo a zona mais fértil que os índios reivindicam em oposição a fazendeiros invasores. As notícias sobre o parque Yanomami também dão como certa a sua criação, coroando os esforços de um grupo abnegado de antropólogos, jornalistas, médicos, industriais e fotógrafos que vêm movendo há anos uma campanha nacional e internacional para impedir a extinção de uma nação inteira. E ainda pouco. Mas já é alguma coisa. E não é sem tempo.

Atingimos hoje o último estágio da expansão territorial que significa a apropriação econômica definitiva do nosso território legal. É o fim da fronteira. Com ela, extingue-se uma válvula de escape importante que sempre funcionou no sentido de aliviar as pressões geradas pela questão agrária no Brasil.

Em países como os Estados Unidos, a fronteira, enquanto durou, constituiu um poderoso instrumento de democratização, permitindo o acesso à terra a incontáveis levas de imigrantes e criando uma grande classe de pequenos proprietários rurais.

No Brasil, não foi bem assim. É verdade que a existência de imensas áreas virgens sempre propiciou a existência de ocupantes posseiros que, continuamente desalojados pelo avanço do latifúndio, encontravam sempre um "mais adiante" ainda desocupado. Mas, apesar de diversos planos de colonização estabelecidos por empresas privadas para vender pequenos lotes a agricultores de pequenas posses, o sistema todo funcionou em direção diversa e serviu a propósitos outros que não a democratização do acesso à terra. Na verdade, o processo de apropriação, desde a Colônia, fundado na negociata pública e na grilagem privada, serviu para aliviar tensões geradas pela competição dentro da própria classe dominante. A expansão da fronteira permitiu saciar o apetite da oligarquia rural e foi sempre um modo de premiar aliados políticos pela concessão de "sesmarias" ou pelo simples artifício de fazer vistas grossas a todo tipo de irregularidades.

Agora as coisas já não serão tão fáceis. Toda a Amazônia legal, em grande parte ainda vazia, foi de fato apropriada por interesses privados. Parte dela foi vendida já mais de uma vez e é a força política que determina quais, entre tantos proprietários, são de fato os donos de uma terra que constitui, antes de mais nada, uma imensa área de especulação imobiliária. Os conflitos se multiplicam e não só entre posseiros e latifundiários, mas entre diferentes representantes dos grupos dominantes que exercem intensa pressão política no sentido de satisfazer interesses pessoais. E, apesar do imenso território envolvido, ele é insuficiente para saciar o apetite de todos aqueles interessados no enriquecimento fácil, ainda mais que não se trata apenas de indivíduos, mas inclusive da fome (essa sim, eternamente insaciável) de poderosos grupos econômicos nacionais e internacionais.

O resultado de tudo isso é a liberação de todo o território nacional para a livre atuação do capitalismo mais selvagem, da qual resulta o desmatamento indiscriminado, a extinção da flora e da fauna nativas, a extração mineral incontrolada, o descontrole do sistema fluvial, a exploração predatória de todo o ecossistema, com resultados imprevisíveis.

A urgente delimitação e demarcação de amplas reservas indígenas, como a de parques naturais, não constitui apenas uma medida de justiça e de direito no que diz respeito às populações nativas envolvidas nessa verdadeira guerra de ocupação. Mais do que isso, é indispensável para a preservação do patrimônio coletivo da Nação. É fundamental um último esforço no sentido de preservar terras públicas que constituam uma reserva para os índios e para o futuro de todo o País. É preciso defender alguma coisa da atuação predatória dos interesses privados. E não se pode esquecer que reservas indígenas são territórios de propriedade da União, embora sua posse seja assegurada aos habitantes originais do território.

Certamente há no governo pessoas que partilham dessa preocupação. O nacionalismo sadio que persiste em setores militares deve ser favorável a medidas que simultaneamente defendam os índios e preservem o patrimônio coletivo. É impossível sustentar que, neste imenso País, não se possa assegurar aos poucos índios que nos restam o direito à terra que efetivamente ocupam, sem ameaçar o desenvolvimento econômico. Além do mais, toda a questão indígena constitui um ponto muito delicado da imagem do País no Exterior, onde a situação das populações tribais brasileiras tem provocado in-

dignação e mobilizado a opinião pública contra o Brasil.

A última administração da Funai certamente contribuiu muito para alimentar o descrédito quanto à nossa política indigenista. E por isso que a mudança na administração, assim, como as novas medidas positivas, alimenta esperanças de que haja algum real empenho do governo em desenvolver uma política mais esclarecida no trato da questão indígena. Toda iniciativa nesse sentido deve ser apoiada.

Entretanto, convém não subestimar a oposição que uma política desse tipo necessariamente provoca. E não por parte daqueles setores da sociedade que o governo tem sempre visto como seus in-

imigos. Mas daqueles grupos encastelados no sistema, cuja lealdade tem que ser comprada com recompensas materiais e para os quais qualquer terra pública desperta, imediatamente, a cobiça privada. Uma verdadeira política indigenista não pode ser posta em prática sem aliados políticos. É preciso que o governo reexamine os seus. Certamente encontrará na sociedade civil inúmeros grupos e categorias, entre os quais os próprios índios, dispostos a apoiar medidas em benefício das populações tribais sem exigir outra coisa em troca, a não ser serem ouvidos.

Eunice Ribeiro Durham é professora do Departamento de Ciências Sociais da USP e membro da Associação Brasileira de Antropologia.

